

MALA DIRETA
POSTAL
9912240297 DR MG
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



letra

o jornal do alfabetizador

Belo Horizonte, agosto/setembro de 2010 - Ano 6 - nº23

Penso, logo existo 6

O modo como o pensamento é desenvolvido nas escolas variou, mas a atividade sempre teve lugar de destaque nas instituições de ensino

Dos clássicos aos contemporâneos 12

Em entrevista especial, o pesquisador João Luís Ceccantini fala sobre o papel das diversas obras literárias para a formação de leitores

E-books 11

Tecnologia permite novas possibilidades no trabalho com a leitura em sala de aula

Ensino de história 10

Além de datas e personagens históricos, é preciso que os alunos entendam os processos sociais e desenvolvam senso crítico

Pensar a educação em vários tópicos



ZÉLIA VERSIANI E ISABEL FRADE - professoras da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do Letra A

A ciência, a religião, a arte, bem como outras esferas da cultura têm inúmeros desafios para compreender o que significa o pensar para os processos de formação humana e, de maneira especial, para a educação. De uma coisa temos certeza: essa faculdade genuinamente humana, ainda distante de ser totalmente desvendada, sempre é exercida, embora sejam formuladas teorias diferenciadas, em cada momento histórico, sobre como os seres humanos pensam e resolvem, por meio dessa complexa atividade, problemas epistemológicos, práticos, existenciais.

Do ponto de vista de uma definição sobre o que é pensar, temos posições, advindas de diferentes áreas, que têm em comum a predominância de uma ideia sobre o pensamento racional. Ideia construída desde a modernidade, que passa a ser questionada com o advento de novas tecnologias, de novas linguagens, que têm contribuído para o esfacelamento de fronteiras entre as áreas de conhecimento. Há, então, em cada momento histórico, novos problemas sociais e humanos que demandam soluções inéditas. Em síntese: não existe pensar tão gratuito: pensamos em função das finalidades que a sociedade constrói para os sujeitos e que eles constroem para si mesmos. Na escola de hoje, então, precisamos fomentar um tipo de indagação que ajude os sujeitos – professores e alunos – a "reavaliar criticamente os padrões e as explicações que orientam nossas vidas", como diz o professor de Filosofia da Educação da UFMG, Bernardo Oliveira.

Mais uma vez, temos que desconfiar de soluções prontas ou de fórmulas sobre a melhor maneira de desenvolver o pensamento, apostando na diversidade de estratégias. A entrevista do professor de literatura, Ceccantini, nesta edição, nos provoca a desconfiar de apenas um modelo de leitor, de leitura, de literatura e de ensino da leitura. Na entrevista, ele incentiva o leitor a relacionar o clássico e o contemporâneo; o livro de papel e o *e-book*; a posição do adulto e a da criança e do adolescente; o gosto popular do presente e a formação humanista que herdamos e, no caso desta última, reforçamos sua reconhecida importância nos espaços de leitura escolar.

Nada como sua análise das inovações de Lobato e da forma como as posições ideológicas do escritor foram construídas, para ver que não podemos utilizar os paradigmas contemporâneos para considerar posições do passado. Sugerindo outras direções de leitura, o entrevistado

fala de como podemos, enquanto professores, tirar proveito e discutir temas polêmicos que aparecem nas obras do criador dos conhecidos personagens que fazem parte do imaginário da literatura infantil, entre os quais a irreverente Emília. A sua dica fundamental é a de que precisamos conhecer os clássicos para avaliar a dimensão das inovações do presente.

Como escola e família incentivam o pensar? Sabemos que as duas instâncias têm modos diferentes de conduzir a educação das crianças. Se a escola espera que os pais eduquem os filhos, deixando a eles a tarefa de orientar quanto ao "para casa", estariam as crianças aprendendo realmente a pensar e a pensar com os conhecimentos que a escola ajudou a construir? O Troca de ideias aborda a controvertida posição sobre o papel dos pais no também controvertido "para casa". Afinal, se é necessária a ajuda dos pais, quais atribuições ficariam sob sua responsabilidade para que o dever de casa, como uma extensão das atividades escolares, passe a ser realizado com maior proveito para o aprendizado do aluno? Duas especialistas sobre o assunto trocam ideias que contribuem para que se encontrem soluções para os problemas que cercam o "dever de casa".

De outra forma, se a família invoca o seu direito natural de educar, seria o de educar no sentido da educação formal? O que crianças e adolescentes perdem ou ganham fazendo seus estudos na escola ou no espaço doméstico? A estratégia empreendida por algumas famílias, denominada *homescholling*, também é discutida nesta edição. Embora essa questão pareça distante de nossa realidade brasileira, pois temos notícia de casos esporádicos que se enquadram nessa situação, sua emergência mais efetiva em alguns países mostra que a disputa sobre qual é o melhor espaço/instituição para ensinar conhecimentos formais pode contribuir para a reflexão sobre o ensino-aprendizado de um modo geral.

A discussão sobre o tema revela que o direito de educar depende não só de vontades individuais, mas, sobretudo, de hegemonias e de interpretações construídas na e pela sociedade. Pôr em desconfiança nossas certezas em relação a isso é salutar e nos leva a pensar e a repensar a educação!

Saudações cordiais das editoras!

CEALE PROMOVE COLÓQUIO INTERNACIONAL

Será realizada, de 5 a 8 de outubro, na Faculdade de Educação da UFMG, a terceira edição do Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura Escrita. Com o tema *Diversidade e diferença na educação: cultura escrita, letramentos, políticas linguísticas e identidades*, o encontro pretende reunir pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno de discussões relativas à cultura escrita e ao letramento, assim como suas repercussões no campo do ensino e da pesquisa. Além de discussões teórico-metodológicas, o encontro visa favorecer a consolidação de grupos de pesquisa e colaborações acadêmicas entre programas de pós-graduação, no Brasil e no

exterior. A realização do evento é do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG e do Ceale. Mais informações pelo Portal Ceale (www.ceale.fae.ufmg.br) ou pelo e-mail : coloquioletramento@gmail.com.

Envie suas críticas e comentários à equipe do Letra A. letra.a@fae.ufmg.br ou ligue para (31) 3409-5334.

EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Clélio Campollina Diniz | Vice-reitora da UFMG: Rocksane de Carvalho Norton | Pró-reitor de Extensão: João Antônio de Paula | Pró-reitora adjunta de Extensão: Maria das Dores Pimentel Nogueira
Diretora da FaE: Samira Zaidan | Vice-diretor da FaE: Antonio Júlio de Menezes Neto | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Sara Mourão Monteiro
Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Frade | Editora de Jornalismo: Fernanda Santos (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação: Aurelizia Lemos | Reportagem: Aline Diniz, Alisson Paiva, Ana Flávia de Oliveira e Juliano Ferreira.

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211/ 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



Qual o papel dos pais no dever de casa?



Foto: Acervo pessoal



PATRÍCIA LACERDA - Consultora responsável pelo estudo *Interação Escola Família*, realizado pela UNESCO, em parceria com o MEC, em 2009

Onde começa e termina a responsabilidade da escola e da família na educação das crianças e adolescentes? Essa fronteira delicada e movediça fica ainda mais tênue quando os desdobramentos da vida escolar atravessam a rotina doméstica e vice-versa. O dever de casa é um desses atravessadores que pode servir tanto de ponte como de muro entre os dois mundos.

Para ajudar a desembaraçar as linhas, é necessário distinguir educação – sentido amplo – de *educação escolar*. Na Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Mas o Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) é o responsável primário pela oferta de educação escolar. Gestores e professores são os operadores desse direito e, para isso, passam por cursos de formação inicial e continuada, nos quais desenvolvem competências profissionais específicas, a cada dia mais complexas.

O dever de casa é um dispositivo pedagógico comprovadamente efetivo no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo que não seja realizado no espaço da escola, ele é parte do trabalho escolar e sua orientação e acompanhamento são atribuições dos profissionais da educação. Isso não significa que os pais não devam ou não possam participar da vida escolar dos filhos. As pesquisas evidenciam que apoios familiares simples, como: perguntar como foi o dia na escola, ajudar a chegar no horário e a não faltar às aulas, conversar sobre planos de futuro, não exigem conhecimentos elaborados e fazem grande diferença no desempenho dos alunos. Da mesma forma, saber se a escola passou tarefas para casa e se elas foram feitas, respeitar o horário e reservar um local de estudo em casa e ajudar a cuidar dos livros e cadernos são maneiras que os pais têm para valorizar o trabalho escolar, sem superposição de papéis.

Mais interessante do que traçar com precisão limites entre escola e família, que costumam revelar um amplo desconhecimento mútuo, é estabelecer a defesa dos direitos educacionais dos filhos/alunos como ponto de encontro.



Foto: Acervo pessoal



ROSE MARY GUIMARÃES RODRIGUES - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e professora do Centro Universitário do Triângulo

O papel dos pais em relação à tarefa escolar dos filhos é de supervisão, o que pode não ser fácil. No entanto, o conhecimento do problema que o filho está enfrentando é um grande passo para a solução e traz respostas significativas. Deve-se desenvolver um trabalho cuidadoso, combinando esforço planejado pelos professores e pais, para ensinar alunos a usar técnicas de estudo e a desenvolver hábitos eficazes, que podem contribuir para que várias limitações que impedem o êxito sejam ultrapassadas, com estudo e aprendizagem independentes. Assim, dez passos podem facilitar o acompanhamento escolar do filho. É necessário a toda a família:

- 1 – Ajudar no sentido de reduzir, em casa, tudo que venha a distrair a criança na hora de fazer a tarefa de casa;
- 2 – Verificar, pela dificuldade da tarefa, o que o filho pode fazer sozinho e o que os pais devem fazer em conjunto com ele;
- 3 – Estabelecer concordância sobre quem irá acompanhar o dever, pois esta pessoa deve ter paciência, flexibilidade, saber solicitar opinião e ter bom humor;
- 4 – Enfatizar o potencial da criança;
- 5 – Aceitar todas as respostas como um esforço verdadeiro;
- 6 – Evitar correções excessivas;
- 7 – Não utilizar castigo físico, pois o filho pode tomar raiva do professor, da escola, e não querer que os pais participem de reunião, nem que conversem com seus professores sobre tarefa de casa ou outro assunto qualquer;
- 8 – Elogiar seu filho, como forma de estímulo, mas sem exagero;
- 9 – Conhecer os professores de seu filho, pois saber como eles trabalham com o aluno pode ajudar no acompanhamento em casa e também a suprir deficiências;
- 10 – Pedir aos professores auxílio na maneira como podem ajudar seus filhos.

Atendendo a essas sugestões, o temor pode desaparecer e as sessões de dever de casa podem se tornar muito mais agradáveis para todos os envolvidos, pois a tarefa de casa, além de contribuir com a aprendizagem do aluno, levando-o a um melhor rendimento, pode também ser um meio de integração entre estudante, professor e família.

DICIONÁRIO DA ALFABETIZAÇÃO

Progressão continuada

A progressão continuada é definida como uma forma de monitoramento da aprendizagem que evita não só fixar um momento preciso para a avaliação, como, principalmente, condicionar a progressão do ensino-aprendizagem a níveis de desempenho considerados satisfatórios, de acordo com um sistema avaliatório e uma escala de aferição. Dessa maneira, a escola se vê desafiada a pensar a progressão da aprendizagem — portanto, a organização do ensino — por parâmetros diferentes dos pressupostos nas formas tradicionais.

Em boa medida, esse princípio didático procura responder a duas questões de naturezas distintas. A primeira diz respeito à necessidade de articular a organização escolar do ensino com os resultados das pesquisas relativas aos tempos, ritmos

e processos de subjetivação implicados na aprendizagem. Nesse sentido, a progressão continuada é uma tentativa de liberar a escola dos "anos", "bimestres", que só se justificam do ponto de vista da organização operacional da docência, e estimulá-la a estabelecer unidades, como os "ciclos", baseadas nos processos de aprendizagem e nos seus ritmos característicos.

A segunda questão, de natureza política e ética, deriva, em boa medida, da forte expansão do ensino público, rumo à pretendida universalização. Como bem sabemos, esse processo trouxe para a educação formal um alunado vindo de camadas populares, cuja cultura e linguagem eram desconhecidas e, muitas vezes, desprezadas pela escola. Esse choque cultural levou a escola pública a níveis de repetência

crescentes, tornando a educação básica um "funil" problemático. Pior ainda: a "repetência continuada" não garantia a aprendizagem do aluno retido, provocando, via de regra, sua desistência. Sabemos dos efeitos perversos — inaceitáveis, numa democracia — dessa política de expansão do ensino formal, dissociada de medidas que levem na devida conta os desafios políticos, culturais e pedagógicos correspondentes.

Para que as promessas da progressão continuada se cumpram, no entanto, é preciso que esses desafios sejam enfrentados por autoridades, docentes e técnicos da máquina administrativa, impedindo, assim, que ela seja entendida como "promoção automática", expediente que elimina estatisticamente a reprovação.



EGON DE OLIVEIRA RANGEL - professor do Departamento de Linguística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ler e brincar é só começar

Projeto desenvolvido em bibliotecas comunitárias do Rio de Janeiro alia leitura e brincadeira (ALISSON PAIVA)

Bibliotecas são lugares mágicos. Além do acervo de livros e de materiais didáticos que disponibilizam, são espaços onde podem ser desenvolvidas atividades que favoreçam a imaginação, a fantasia e o conhecimento. Pensando nas múltiplas atividades que esses espaços proporcionam, a professora Alana Almeida desenvolveu um projeto de incentivo à leitura nas bibliotecas comunitárias do bairro Vila de Cava, em Nova Iguaçu (RJ).

O projeto *Transformando através da leitura* foi criado em parceria com o Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava, com o apoio do Instituto C&A. Desde 2006, a equipe do projeto realiza diversas ações de promoção da leitura, não apenas nas bibliotecas, mas também em outros espaços, como centros educacionais e escolas do bairro.

O objetivo do trabalho é romper com a visão que algumas pessoas têm de que bibliotecas são lugares fechados e desinteressantes. Por meio de atividades lúdicas, rodas de leitura, sessões de cinema e brincadeiras, as professoras buscam despertar o prazer pela leitura nas comunidades, envolvendo desde os mais novos, até os adultos. As crianças participam de projetos, como o *Mala Rolante*, o

Tenda Literária e o *Cinearte*, este último discute e exhibe filmes baseados em livros. "Assim, elas são atraídas pela novidade. Um exemplo interessante foi o livro *Lua Nova*, que teve um filme de muito sucesso recentemente", diz Alana Almeida. Além dessas atividades, também são realizados passeios culturais e encontros com autores.

A professora destaca que as bibliotecas são abertas a toda a comunidade e que as oficinas são oferecidas em diversos horários para que diferentes públicos sejam atendidos. Durante o dia, atividades que desenvolvem trabalhos de leitura e escrita são voltadas para crianças. Para os adultos, elas ocorrem no período noturno, uma vez que grande parte deles trabalha durante o dia.

A proposta de adequar os trabalhos de acordo com cada grupo específico e o aproveitamento dos espaços, segundo a sua melhor utilização por esses grupos, é o que garante a inclusão de toda a comunidade, porque facilita e estimula a participação de todos. Segundo Alana Almeida, os reflexos do aumento do interesse pela leitura são notáveis, pois muitos alunos apresentaram melhor desempenho na escola e puderam perceber a importância da leitura em suas vidas.

Pequenos repórteres

Projeto envolve crianças na criação de um noticiário educativo (ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA)

Quando as crianças aprendem coisas novas, é grande a excitação de contar para os outros sobre as recentes descobertas. "Um estudante comentou comigo que seria legal mostrar o que estávamos aprendendo ao resto da escola. Então eu e os alunos ficamos pensando de que forma poderíamos fazer isso e optamos pelo telejornal", conta a professora Tatiana Rebelo. A partir dessa ideia, surgiu o projeto *Telejornal da Escola*, realizado durante o ano de 2008, com alunos da 4ª série do ensino fundamental da Escola Estadual Julia Lopes de Almeida, localizada em Blumenau (SC).

Antes de colocar a mão na massa, as crianças visitaram um estúdio de televisão para aprender sobre o funcionamento de um verdadeiro telejornal. A partir daí, a sala foi dividida em grupos e cada um ficou responsável por um assunto. Os estudantes também assumiram tarefas individuais: havia um pauteiro (responsável por elaborar as pautas, ou seja, os assuntos que serão tema das reportagens), um repórter e até mesmo um câmera, pois outra intenção da professora era fazer com que as crianças tivessem contato com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). "Os alunos selecionavam as pautas e utilizavam o *Word* para redigir os textos. Para realizar as filmagens, usamos uma câmera digital e todo o material era editado no *Movie Maker* [programa de edição de vídeos em computador]", explica a professora.

O telejornal era apresentado para toda a escola uma vez ao mês, durante os horários de intervalo e de almoço, com o uso de um projetor. Todo o material também foi disponibilizado na internet. Para isso, foi criado um *blog* e um perfil em um *site* de relacionamentos. Para Tatiana Rebelo, esse processo criou um canal aberto de comunicação não só entre os alunos, mas entre toda a comunidade escolar, pois proporcionava a eles acesso àquilo que estava sendo produzido na escola.

Além de possibilitar que os colegas conhecessem melhor a realidade escolar, o *Telejornal da Escola* permitiu trabalhar o contato com múltiplas linguagens, como a escrita, a oralidade e a expressão corporal. Segundo a professora, houve uma melhora significativa das crianças nesses campos. "Os erros de gravação eram assistidos para verificar desvios na gramática e na pronúncia. Na escrita também houve um grande avanço, porque eles tinham que redigir todo o trabalho. Eles viam que não podiam escrever da mesma forma como falavam e que precisavam se policiar com relação às gírias."

Histórias da realidade

Professora utiliza literatura infantil para acabar com o bullying na escola

(ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA)

Ao perceber os primeiros sinais de *bullying* em sua classe, na Escola Municipal Neil Fioravanti, situada na cidade de Dourados (MS), a professora Cristina Pires se deu conta da necessidade de tratar esse tema com os alunos. "A escola estava sendo palco desse tipo de violência e nós não poderíamos ser testemunhas silenciosas", afirma. Para isso, ela criou o projeto *Unidos no combate da prática do bullying – jornal, literatura, comunidade e cidadania, uma grande parceria*, que teve início em 2008, com alunos do 1º ano do ensino fundamental.

O primeiro passo foi o de integração dos pais. "Isso é muito importante porque a família atual está, geralmente, muito ocupada com os afazeres do dia a dia e alheia à vida escolar de seus filhos", diz. Os pais participaram de uma reunião na escola, para que soubessem mais acerca do *bullying* e dos objetivos do projeto. "Também mostramos a importância de eles estarem presentes em todo o caminho e não apenas no início do trabalho", destaca.

Para combater o problema, a educadora procurou um recurso que chamasse a atenção das crianças e escolheu a literatura infantil. "Tendo em vista que nessa faixa etária elas vivem no mundo da fantasia, procurei um meio que me permitisse contrastar a ficção com a realidade. Além disso, a literatura infantil ainda me abre um leque para trabalhar os

conteúdos curriculares, que não devem ser perdidos de vista", explica.

A professora conta que a primeira história a ser trabalhada foi *O Patinho Feio*: "Eu percebi que eles usavam muitos xingamentos e promoviam discriminação, era o *bullying* verbal. Então, partindo da fantasia, eles foram chegando à realidade e se identificando com a história, tanto como vítimas, quanto como agressores". Depois desse reconhecimento, a professora propunha uma reescrita da história, alterando os fatos negativos para acontecimentos positivos.

As ações do projeto foram incorporadas ao Projeto Político Pedagógico da escola e, atualmente, são desenvolvidas para todos os alunos da instituição. "Há uma rotatividade de estudantes aqui, então é preciso sempre dar continuidade a essas ações", defende Cristina Pires. Ela conta, ainda, que o projeto está em votação na Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), para que seja transformado em um programa para atender a toda a rede municipal dessa cidade.

Mais que acabar com o *bullying*, a professora diz que o projeto também estimulou nos alunos o desejo pela leitura. "As crianças passaram a trazer livros diferentes de casa e a socializá-los com a turma. Elas também começaram a pegar obras emprestadas na biblioteca, e nós criamos, na sala de aula, um cantinho com livros, jornais e revistas."

Educação em casa

Comum em alguns países, a prática do *homeschooling*, proibida no Brasil, gera polêmica (ALINE DINIZ)

Nos primeiros anos de vida, pais, familiares e amigos são responsáveis por conduzir as crianças pelo fantástico mundo do aprendizado. É em casa que meninos e meninas aprendem a dar os primeiros passos e expressar seus desejos e angústias por meio de palavras e gestos. Antes mesmo de ingressarem na escola, as crianças já são capazes de identificar gravuras, formular pensamentos e demonstrar opiniões.

Em países como Estados Unidos e Portugal, alguns pais preferem não matricular seus filhos em escolas e continuar a educá-los apenas em casa. Essa prática é conhecida como *homeschooling* ou, em português, educação doméstica. Segundo o pedagogo Fabio Schebella, "*homeschooling* é uma modalidade de educação sistematizada que ocorre no próprio ambiente familiar,

tendo, na maior parte dos casos, os pais como condutores do processo de ensino-aprendizado". Fabio Schebella é autor da pesquisa *Educação Domiciliar: uma visão geral do homeschooling no Brasil*, apresentada em 2007 como seu trabalho de conclusão do curso de pedagogia.

Ele explica que nesses países existem cursos preparatórios e materiais didáticos específicos para mães e pais que desejam ser professores de seus filhos. Além disso, os alunos domiciliares estadunidenses, por exemplo, precisam passar por testes formulados por instituições de ensino aprovadas pelo governo. Essas avaliações são analisadas pelas escolas que, ao final de uma etapa de ensino, expedem certificados com a mesma validade dos diplomas escolares.

Nem tudo são flores

Apesar de a prática ser adotada em alguns países, a ausência da escola na vida dos jovens gera questionamentos acerca da qualidade do ensino experimentado em casa e do desenvolvimento de habilidades ligadas à convivência com indivíduos de mesma idade e com pessoas pertencentes a diversos grupos sociais, como: professores, diretores, funcionários da limpeza e administração, dentre outros.

Para a professora Maria Luisa Furlan, do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, a escola tem dois papéis fundamentais na formação dos indivíduos. O primeiro tem relação com o conhecimento, e o segundo diz respeito à socialização das crianças e ao cumprimento das regras que compõem a rotina dos estudantes. Ela acredita que as disciplinas podem até ser ensinadas em casa por pais bem formados ou com a ajuda de profissionais, porém o que se aprende por meio da convivência em sociedade e com o cumprimento de prazos e horários são questões difíceis de serem reproduzidas no domicílio.

Ainda de acordo com Maria Luisa Furlan, "o conflito entre as crianças ou entre alunos e professores também é uma forma de aprendizado que não se tem em casa". Outra preocupação da professora é a da dificuldade que meninos e meninas que não frequentam a escola podem ter em distinguir a autoridade dos pais e dos professores; nesse sentido, conflitos familiares podem acabar influenciando a educação das crianças.

Já o professor do Departamento de Psicologia da UFMG e doutor em educação, Cristiano Gomes, possui opinião diferente. Para ele, "apesar de a escola ser uma instituição importante na vida das pessoas, ela não é obrigatória para a socialização das crianças e para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e psicológico". O professor argumenta que algumas escolas oferecem um ambiente hostil ou bastante competitivo, no qual meninos e meninas têm pouca liberdade e não experimentam um contato significativo com outros alunos e mesmo com educadores.

Ainda segundo o psicólogo, muitas crianças veem a instituição de ensino como um lugar ruim por serem vítimas de *bullying*, um tipo de violência física e/ou psicológica. Com relação às disciplinas, Cristiano Gomes considera possível que elas sejam trabalhadas em casa. Porém ele alerta que isso deve ser feito por profissionais da área da educação, porque é difícil que pais tenham uma formação adequada para lecionar todos os conteúdos. Outra questão ponderada pelo professor é a necessidade de se obedecer ao conteúdo básico de cada série que é definido pelo Ministério da Educação. Para ele, "se esse conteúdo for trabalhado adequadamente, não se está ferindo o princípio básico de se oferecer educação sistematizada para as crianças".

O que diz a lei

Apesar de a educação doméstica ser tema de discussões na mídia e no campo da educação, o artigo 246 do Código Penal Brasileiro condena o chamado "abandono intelectual". Isso significa que famílias que se recusarem a matricular seus filhos na escola podem sofrer sanções, como multas ou até prisão. O tema também é previsto na Constituição Federal, que estabelece a educação como um dever do Estado e da família e prevê como obrigatória a oferta do ensino básico.

Entretanto, alguns pais acionam a justiça questionando o texto da lei. "Eles alegam que a legislação não especifica a obrigatoriedade da matrícula e sim da oferta da educação e dizem que estão oferecendo educação adequada para seus filhos em casa", afirma o consultor da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Luiz Araújo. Nesses casos, a decisão sobre o que deve ser feito fica a cargo do juiz.

De acordo com Luiz Araújo, a lei não deixa dúvidas quanto ao dever de pais e Estado no que se refere à educação das crianças. Segundo ele, a forma que o Estado tem de oferecer educação regular para a população é por meio das instituições públicas de ensino, por isso, quando o termo educação é usado na Constituição, ele aparece como sinônimo de escola. Nessa perspectiva, a família, que também é obrigada a oferecer educação para as crianças, tem como uma de suas responsabilidades apresentar os meninos e as meninas para a chamada escolar.



O pensar na educação

Inerente aos seres humanos, a capacidade de pensar sempre esteve ligada às atividades escolares, porém o modo como o pensamento foi desenvolvido nas instituições de ensino variou ao longo do tempo (ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA)

As mudanças ocorridas nos vestibulares e, mais recentemente, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) reacenderam as discussões sobre os conteúdos ensinados na escola e o modo como isso é feito. As provas têm deixado de lado a exigência de que os alunos saibam os conteúdos de cor e que os dominem separadamente. A interdisciplinaridade e a reflexão mais aprofundada sobre os conceitos têm ganhado cada vez mais espaço. Essa discussão fortalece um diálogo entre as disciplinas e passa a abarcar temas amplos, como: saúde, sexualidade, ética, cidadania, questões ambientais, entre outras. Afinal, não basta apenas fazer um cartaz com imagens recortadas de revistas para comemorar o dia da Abolição da Escravatura, por exemplo. A escola precisa levar o aluno não só a saber que vivemos sob um regime escravocrata no passado, mas também a refletir sobre a história e a condição do negro no Brasil.

Essa ênfase na interdisciplinaridade pode fazer com que

muitos tenham a ideia equivocada de que só atualmente a escola passou a ter como foco ensinar os alunos a pensar. Entretanto, apesar de a valorização do pensamento realmente ser algo presente nas escolas hoje em dia, isso não quer dizer que não era almejado também em outras épocas. O que se percebe é que, ao longo da história da educação, a escola desenvolveu diferentes concepções sobre o pensar. "Antes, pensar era fazer um bom discurso, dominar uma oratória, argumentar, ler os clássicos e redigir, decorar; depois, ganha o sentido de observar, de explorar os sentidos, algo da intuição; e no século XX, começam a ser defendidos os princípios da atividade do sujeito na interação com os objetos do conhecimento e a dimensão sócio-histórica da construção do conhecimento", explica a pesquisadora do Ceale, Isabel Frade, uma das editoras pedagógicas do *Letra A*. Ou seja, não é que a escola não ensinava a pensar; a maneira de se fazer isso é que variou com o tempo.

Existo, logo penso

O pensamento é uma faculdade inerente ao ser humano. Todas as pessoas possuem a capacidade de pensar e a utilizam em diversas atividades cotidianas, profissionais e escolares. Nesse sentido, a escola, como lugar privilegiado para a reflexão, deve incentivar esse processo. "Independentemente da escola, todas as pessoas pensam. Mas é lógico que elas aprendem a refletir mais quando estão com outras e, nesse sentido, a escola pode ser um grande estímulo", afirma Isabel Frade. Mas, afinal o que significa pensar?

Segundo a psicologia, o pensamento é um tipo de atividade mental abstrata que envolve, principalmente, articulação e processamento de conceitos. É o que explica o professor Vítor Haase, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): "O pensamento se refere ao processamento controlado de informação, ou seja, trata-se de um processo que não é automático, que envolve um esforço mental, uma concentração da atenção, uma percepção consciente".

O professor ressalta que um aspecto importante do pensamento é a necessidade de manter a informação "online" para ser processada, o que é chamado de "memória de trabalho". "Quando você vai digitar o número de um telefone, por exemplo, você o lê e precisa manter isso na mente para regular seu comportamento de escolher as teclas adequadas", explica. O mesmo acontece quando precisamos tomar uma decisão mais importante. Ao escolher entre A ou B, por exemplo, é preciso manter na mente as consequências que cada opção pode trazer, de forma a realizar a melhor escolha.

Já para a filosofia, não existe um conceito único que defina o que é pensar. Segundo o professor de Filosofia da Educação da UFMG, Bernardo Oliveira, "hoje se reconhece como pensamento muitas das atividades mentais e conhecimentos que foram desconsiderados pelos filósofos clássicos, que consideravam como pensamento apenas a reflexão crítica, primando pela coerência, pelo uso de conceitos e pela discussão argumentativa".

De acordo com o professor, antigamente a capacidade de pensar era importante por ser considerada como a característica essencial do ser humano, aquilo que



o diferenciava dos outros animais. "Na perspectiva clássica, a essência humana estava nessa dimensão intelectual, na mente. Já o corpo e suas sensações eram animais e deveriam ser guiados pela razão. As paixões, os instintos e a imaginação eram vistos com desconfiança, pois poderiam desvirtuar o pensamento."

Nem tão recente assim

Ao longo do processo civilizador, a razão foi algo cada vez mais almejado, ao invés da violência. A partir do século XV, com a criação dos estados modernos, aumentou a necessidade de maior auto-coerção, em detrimento da coerção externa, como modo desejado de organização social. "No século XIX, as sociedades ocidentais se autodenominam civilizadas e, nos séculos XX e XXI, almeja-se cada vez mais o comportamento racional. Nesse contexto, a função da escola seria desenvolver a capacidade de pensamento, de racionalização das atitudes como componente do processo civilizador", explica a professora de História da Educação, Cynthia Veiga, da Faculdade de Educação da UFMG.

Dessa forma, o processo que prioriza um movimento mais analítico ao invés da prática de decorar na escola não é algo restrito aos dias de hoje. Trata-se de um movimento mais amplo e antigo. "Do ponto de vista teórico, há mais de um século ninguém defende que a memorização é o momento fundamental da aprendizagem", diz o professor de História da Educação da UFMG, Luciano Mendes. Para ele, decorar é uma parte importante do processo, mas não deve ser o principal investimento escolar. "A grande questão que é posta no pensamento educacional, desde o final do século XIX, é a ideia de que o saber de cor não pode ser o objetivo da escola e não pode ser o principal mecanismo de aprendizagem. E, nesse sentido, há uma lenta, mas decisiva diminuição da importância da decoração."

Segundo o professor, a diferença pode ser percebida nos processos de avaliação, que, ao final do século XX, deixam de ser tão mnemônicos. "O processo de escolarização se calcava muito na memorização, considerando-a não como um momento importante da aprendizagem, mas como a própria aprendizagem. E, portanto, as provas queriam comprovar se o sujeito tinha memorizado e menos se ele tinha compreendido. E isso está mudando", explica.

Para Luciano Mendes, a mudança nos sistemas de avaliação, como o vestibular e o Enem, traz modificações para o sistema de ensino. Isso porque, se as provas de aferição do conhecimento passam a cobrar análises mais reflexivas, a escola tentará acompanhar essas modificações. "É possível alterar mais rapidamente as provas e o vestibular do que mudar as práticas dos professores e das escolas. Mas a médio e longo prazo, essas políticas têm um efeito indutor sobre essas práticas."

Para a professora Clarissa Golbert, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, outros fatores também devem ser considerados. "O primeiro deles diz respeito à consciência, entre pais e educadores, da dificuldade que os alunos apresentam em utilizar os conhecimentos adquiridos mecanicamente na solução de problemas práticos que surgem posteriormente na vida acadêmica e na vida cotidiana", afirma.

Outro fator, segundo a professora, é que, ao dificultar a retenção desses conhecimentos adquiridos, a memorização também impede o aprofundamento nessas questões, pois, a cada ano, seria preciso retornar aos conteúdos esquecidos. Cabe considerar, ainda, que, com os avanços tecnológicos, as pessoas são cada vez mais solicitadas a planejar e a resolver problemas. "Na matemática, por exemplo, não basta saber calcular, é preciso tomar decisões com base em relações numéricas, fazer projeções com base em inferências", ressalta Clarissa Golbert.

Considerando que o pensar é algo complexo e que envolve mais de uma estratégia cognitiva, não se pode dizer que exista um único modo de pensar, principalmente, na escola. Para Bernardo Oliveira, aprender a pensar no contexto escolar constitui reavaliá-lo criticamente os padrões e as explicações que orientam nossas vidas. "Significa, também, não se contentar com nossas impressões e com as respostas que encontramos", defende o professor.

Opinião semelhante é a do coordenador do Laboratório de Investigação da Arquitetura Cognitiva do Departamento de Psicologia da UFMG, Cristiano Gomes. "Ensinar a pensar não se trata de ensinar as pessoas a agir virtualmente porque elas já fazem isso naturalmente. Ensinar a pensar é desenvolver uma habilidade mais sofisticada, que é extremamente importante para que se desenvolva uma capacidade mais ampla de pensamentos", diz.

Além de questões cognitivas, o pensar – principalmente aquele desenvolvido no âmbito escolar – deve favorecer o pensamento sobre a sociedade, sobre as diferenças, sobre as desigualdades e sobre a cidadania. "Se eu disser que pensar é só resolver problemas ou questões de escrita, de matemática ou de outras disciplinas voltadas para o pensamento racional, estarei reduzindo o pensamento humano", diz Isabel Frade. "De outra forma, se pensarmos sobre o que é construir conhecimento a partir da arte, por exemplo, descobriremos outros conceitos sobre o que é pensar. E a escola precisa descobrir esses caminhos, porque ela explora muito pouco esses outros pensares que utilizam o ritmo, a música, a arte, o corpo", aconselha a pesquisadora.

Uma forma de pensar por meio da arte

De acordo com a arte-educadora Ana Ruas, a arte sempre foi uma necessidade vital do homem, haja vista as marcas deixadas em cavernas e outros objetos, desde os primórdios da existência humana. "Para perceber a importância da arte, basta pensar que muitas civilizações foram estudadas e catalogadas partindo de descobertas de manifestações artísticas, antes mesmo da escrita." Para a educadora, a escola deve ter como objetivo mais que propiciar aos alunos o conhecimento de grandes artistas. "A arte permite que se conheça e se perceba como o ser humano, em tempos e lugares diferentes, pôde falar de seus desejos, de sua realidade, de seu modo singular de pesquisar a materialidade por intermédio da linguagem da arte." Opinião semelhante possui a professora Silvia Pillotto, da Universidade da Região de Joinville (Univille): "A arte permite que nós sejamos cada vez mais críticos, sensíveis e participativos do entorno".

Foi justamente com o objetivo de permitir que os alunos conhecessem mais sobre as culturas nas quais se inserem que a professora Gilmária da Cunha criou, em 2008, o projeto *Somos brasileiros, somos diferentes*. A iniciativa foi realizada durante um ano, no Centro Municipal de Educação Infantil Cid Passos, em Salvador (BA), com crianças de cinco anos de idade, moradoras do subúrbio da capital baiana, que possuem fortes traços de origem indígena e africana. A ideia era trabalhar a constituição da identidade das crianças por meio das relações étnico-raciais. "Tendo em vista esse contexto, resolvi trabalhar essas culturas específicas, pensando nas relações que elas estabelecem com a cultura brasileira e especialmente com a cultura local", conta a professora.

Gilmária da Cunha trabalhou primeiro com aspectos da cultura, mostrando aos

alunos os hábitos dos indígenas que estavam presentes no dia a dia das crianças. Posteriormente, a professora passou a tratar da África, seus costumes, seus aspectos físicos, sua geografia etc. "Por se tratar de educação infantil, nós utilizamos muita literatura, para apresentar aos pequenos uma abordagem diferente daquela dada pelo viés da escravidão", ressalta. Ela conta que utilizou livros com histórias de príncipes e princesas africanos e que, a princípio, houve estranhamento por parte das crianças. "Num primeiro momento, eles acharam aqueles personagens diferentes daquele modelo europeu. Mas depois de conhecê-los melhor, as crianças passaram a gostar e até a se identificar com aqueles personagens."

Segundo Gilmária da Cunha, essa identificação foi importante para alcançar outro objetivo do projeto: elevar a auto-estima das crianças por meio da valorização de suas heranças culturais, especialmente a africana. "Mesmo aqui em Salvador, onde grande parte da população é negra, existe uma desvalorização dessa cultura", afirma.

Além da literatura infantil, o projeto contou com música, dança, teatro e artes plásticas, que foram utilizados como um fio condutor para abordar as manifestações artísticas da África. "Fizemos dramatizações de histórias ao final do projeto e nós mesmos confeccionávamos os cenários e as fantasias. Contamos, inclusive, com a ajuda das famílias", diz a professora.

Para ela, a escolha da arte como principal suporte para a realização do projeto permitiu às crianças se expressarem por meio de diversas linguagens. A professora conta que a arte auxiliou os alunos na construção de suas identidades culturais, trazendo discussões sobre o multiculturalismo, o respeito às diferenças, as brincadeiras da infância, as manifestações artísticas e culturais e a expressão corporal. "Com a arte se consegue alcançar as crianças, permitindo-lhes vivenciar e ter prazer com o aprendizado."

Aprender com emoção e sensibilidade

Para Silvia Pillotto, as interações e as intervenções da criança com a arte são fundamentais para as suas relações com as pessoas, com as situações e com o ambiente a sua volta. "Desejamos cidadãos críticos, sensíveis e com noção de responsabilidade e comprometimento com o planeta, com as pessoas e consigo mesmos. As artes contribuem também para o desenvolvimento da percepção, da intuição, da imaginação, da emoção e da criação", observa. A professora destaca, ainda, a noção de pertencimento. Segundo Silvia Pillotto, com a arte, a criança vai se dando conta de que é responsável pelo patrimônio cultural, que faz parte da história social e que essa história pertence a ela também. Nesse processo, o exercício de cidadania e o pensamento crítico se dão de uma forma mais significativa.

Além de ser uma ferramenta para a compreensão da cultura como um todo, a arte permite, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um aprendizado cognitivo e sensível. "Construir relações com a arte, seja por meio dos processos de leitura, do fazer artístico e até mesmo do estranhamento e da negação, implica apreender e aprender. É impossível estabelecer esse processo sem desenvolver ativamente o pensamento, a reflexão e a sensibilidade", defende Silvia Pillotto, que também atua como coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação da Univille.

Essa relação entre o cognitivo e o sensível foi um dos fatores que a professora Gilmária da Cunha levou em consideração ao utilizar a arte como suporte principal em seu projeto. "A arte é um grande veículo condutor do aprendizado. Ela relaciona o cognitivo e o emocional e eu acho que, através disso, o aprendizado se consolida mais do que quando ficamos só

nas teorias", defende.

Silvia Pillotto ressalta, no entanto, que a preocupação com uma educação sensível nem sempre foi objeto da escola. "Vivemos num mundo sonoro, corporal, visual, ativando a todo o instante nossos sentidos. Aprendemos por essas vias. No entanto, foram séculos e séculos na área da educação tentando fragmentar esses elementos, colocando em primeiro plano apenas a cognição", diz. Segundo a professora, esse quadro tem se modificado e cada vez mais se procura a articulação de aspectos cognitivos e sensíveis. "Esse treinamento nos permite ter mais percepção para com o contexto, aprimorando nossas competências para a crítica, a autonomia, a tomada de decisões e a resolução de conflitos. É disso que precisamos para viver e sobreviver."

Decorar também é preciso

O ato de decorar remete a processos da oralidade e tem relação com o termo "decoreba" atualmente utilizado como algo negativo. "Decorar era um mecanismo fundamental à aprendizagem na cultura oral, porque não havia outros modos de registro que não fosse o saber de cor", explica Luciano Mendes, professor de História da Educação da UFMG. A "decoreba", segundo ele, é um modo como se fala desse movimento de exacerbação da decoração, que acabou sendo um desserviço à aprendizagem.

Ainda que a cultura oral não predomine atualmente e que já existam vários outros modos de registro, o decorar continua a ser um processo necessário e que não pode ser tomado como uma estratégia cognitiva menor. "Se a gente considerar que o pensamento é uma coisa rica, qualquer estratégia cognitiva que as pessoas usam é rica. Então você não pode dizer que decorar, em alguns momentos, seja irrelevante", afirma a pesquisadora do Ceale, Isabel Frade.

Mesmo nos elementos em que se prioriza o raciocínio, é fundamental que se saiba de cor para que haja compreensão. "Um exemplo é a tabuada. Uma coisa é você entender que multiplicar é uma adição de uma série de parcelas iguais. Outra coisa é você rapidamente ter que fazer uma conta num supermercado e, nesse sentido, o decorar te ajuda", defende Isabel Frade. A professora cita outra ocasião em que o saber de cor é uma vantagem: "Imagine se toda hora que eu fosse escrever precisasse pensar como é que se escreve uma palavra. Se eu decorar, isso me habilita a fazer outras coisas, como pensar na construção do texto, por exemplo".

O pensar de ontem e de hoje

Durante sua história, a escola forneceu diferentes formações para o pensar. Segundo a professora de História da Educação da UFMG, Cynthia Veiga, pode-se caracterizar a presença mais acentuada de alguns modos de estruturação do pensamento no ocidente.

A professora alerta, no entanto, que, quando se trata da tradicional divisão histórica, algumas ressalvas devem ser feitas durante a análise: "Na perspectiva da nova história, os tempos não podem ser rígidos e únicos, pois a organização dos acontecimentos é um instrumento para dar inteligibilidade a determinadas temáticas". Segundo Cynthia

O PENSAMENTO NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

Veiga, é preciso ainda tomar cuidado para não homogeneizar os acontecimentos em etapas que se superam sucessivamente. "Temos que considerar tanto a educação desenvolvida em tribos indígenas como nos grupamentos sociais de predominância. É certo que basicamente não temos pesquisas em grupos sociais que prescindem da educação escolar, mas não podemos generalizar sobre os modos de produção, armazenamento e transmissão do conhecimento", defende.

A Grécia Clássica pode ser considerada o berço da pedagogia. De modo geral, a educação se destinava à formação integral, ou seja, do corpo e do espírito. Antes da escrita, a educação era ministrada pela própria família, conforme a tradição religiosa. Além disso, a transmissão da cultura grega também se dava por meio de atividades coletivas, como festivais, banquetes e reuniões. Apenas com o advento das *pólis*— antigas cidades gregas — é que começam a aparecer as primeiras escolas. Com o passar do tempo, a partir do século V a.C., a educação passa a ter como meta, para além de constituir o homem, formar também o cidadão.

Também na sociedade romana clássica, a primeira educação era fornecida pela família e visava, basicamente, ao ensino das letras e do direito, e ao domínio da retórica e das condições para desempenhar as atividades políticas, típicas das classes dominantes. Com o surgimento das escolas, a formação romana passa a utilizar como princípio a retórica e a tradição das artes liberais.

De acordo com Cynthia Veiga, nessas sociedades — grega e romana —, consideradas clássicas, a linguagem oral era predominante e práticas associadas a ela — como a lógica, a oratória e a retórica — estariam fortemente presentes como um modo de estruturação do pensamento.

No período medieval, a visão teocêntrica — Deus como o centro do universo — predomina, e a doutrina da Igreja Católica guia toda ação pedagógica. É nessa época que o latim se afirma como língua oficial da Igreja e que são criadas as primeiras universidades. O modelo de escola como conhecemos atualmente — estrutura ligada à presença de um professor que ensina a muitos alunos — também surge na Idade Média. Segundo Cynthia Veiga, nessa época, a escrita se torna um importante modo de estruturação do pensamento, juntamente com a retórica. Se antes, para guardar certos conteúdos, criavam-se histórias e poemas, com o surgimento da escrita, têm-se outras formas de organizar o pensamento, uma vez que, com essa forma de registro, a decoração não se torna um mecanismo imprescindível.

A partir do século XVII, com o período moderno, a escola, juntamente com a família, tem o papel de formar os indivíduos para a vida. Mais que ensinar conhecimentos, a escola também conformava comportamentos. Nessa época, tem-se o desenvolvimento das línguas nacionais e do pensamento racional-científico. Além da oralidade e da escrita, que continuam como maneiras que guiam a organização do pensar, surge também a imprensa.

Atualmente, é marcante a presença da escrita nos domínios da imprensa e, mais recentemente, da internet. Tem-se a universalização da leitura e da escrita, a expansão do pensamento racional e a difusão do automatismo e da intuição. Para o movimento intuitivo, divulgado ao final do século XIX, "os sentidos são a porta de entrada do sujeito ao mundo e é a partir daí que ele aprende. A intuição anuncia a primazia da visão, da visualidade e da leitura em relação à oralidade, à audição", explica o professor de História da Educação da UFMG, Luciano Mendes.



Sociedades clássicas

(Grécia e Roma) - Predominância da linguagem oral e de práticas associadas a ela, como a lógica, a retórica e a oratória.



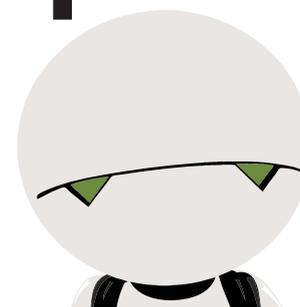
Período medieval - Permanência da cultura oral e da retórica. Surgimento da escrita como outra maneira de estruturar o pensamento.



Período moderno - Desenvolvimento do pensamento racional-científico. Surgimento da imprensa.

Período contemporâneo - Presença marcante da escrita, da imprensa e da internet. Expansão do pensamento

racional, difusão da intuição e foco no processo ativo do sujeito na relação com o conhecimento e com a sociedade.



Donos de sua história, donos do mundo

O ensino de história nas séries iniciais deve propiciar que os alunos se compreendam como sujeitos e desenvolvam o senso crítico (ALISSON PAIVA)

Conhecer as datas, os lugares e os nomes de pessoas que marcaram a história de uma região ou de uma sociedade é muito importante. Mas fundamental mesmo é entender os processos sociais e políticos que culminaram em tais acontecimentos, que os transformaram em fatos históricos e, conseqüentemente, essenciais para se compreender a construção da história de um povo e de uma nação.

Ensinar história, portanto, parece não ser uma tarefa muito simples. Além do conteúdo, os professores precisam estar atentos ao desenvolvimento do senso

crítico dos alunos. E, desde as séries iniciais do ensino fundamental, é possível estimular os estudantes a refletirem sobre as relações sociais e a compreensão da realidade em que vivem como resultado de processos históricos e sociais. "A importância da história nos anos iniciais perpassa os muros da escola e está fortemente ligada à formação e compreensão dos sujeitos e suas relações sociais", acredita a professora Alzira Batalha, especialista em ensino de história pela Universidade Federal Fluminense.

Múltiplas histórias

Segundo Alzira Batalha, primeiramente é preciso conhecer a turma com a qual se trabalha. "Cada aluno tem seu ritmo e forma de aprender, por isso, a proposta de trabalho deve ser elaborada juntamente com a classe", explica. A professora alerta que não existe uma receita para ensinar, mas que já nas séries iniciais é possível introduzir noções de tempo e espaço. "Nas 'rodinhas', por exemplo, as crianças organizam suas atividades, a agenda da semana, contam sobre seu fim de semana. Ali, elas decidem o que farão, como e onde." Para Alzira Batalha, a noção do ontem, do hoje e do amanhã revela o resgate do sujeito coletivo e aproxima essas crianças da história.

A professora Júnia Sales, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirma que o ensino de história nas séries iniciais é bem mais complexo do que pode parecer, e propõe que os educadores se concentrem em pelo menos três dimensões: formação de valores relacionados à construção da cidadania, como crítica, participação e solidariedade; reflexão do conhecimento histórico já sistematizado; e compreensão do conhecimento histórico, seja por meio da discussão, experimentação ou ainda pelo desenvolvimento do raciocínio histórico.

Embora muitos profissionais ainda se prendam ao ensino tradicional, outros optam pela necessidade de se explorar mais o estímulo ao entendimento múltiplo das interpretações da história. Este é o caso da historiadora e professora Araci Coelho, da Escola Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG. Segundo ela, os professores devem oferecer subsídios para que cada indivíduo compreenda e reconheça a totalidade do mundo que o cerca. Para tanto, devem apresentar temas que se aproximem da experiência dos alunos, incitando seu reconhecimento e interesse. "Uma temática será apropriada se for significativa para o aluno", afirma.

Para ensinar história, o professor pode contar com diversas fontes e recursos didáticos, como literatura, música, visita a museus, entrevista com familiares ou pessoas idosas. Segundo Júnia Sales, romper as barreiras da escola e explorar outros espaços de memória é um eficiente meio de se transmitir aos alunos a noção do tempo e sua processualidade. Ela reforça, também, a importância de se trabalhar habilidades, como a comparação, a interpretação, a imaginação e o estabelecimento de relações do conteúdo da história com o cotidiano da sala de aula, o que pode ser feito por meio do diálogo, da discussão e da troca de experiências.

Foco na reflexão

A organização da grade curricular e da metodologia de ensino é muito importante para a formação dos alunos e deve ser estudada com cuidado. Durante o processo de transição do primeiro ao 6º ano (antiga quinta série) do ensino fundamental, muitos estudantes enfrentam dificuldades devido às rupturas com que se deparam, seja pelos diferentes modos de ensinar de cada professor ou pelo novo conteúdo.

Por isso, Alzira Batalha aconselha que os professores busquem dialogar entre si, principalmente com os docentes dos anos anteriores, a fim de construir, juntos, um método contínuo do ensino de história. Segundo ela, a abordagem

e a utilização dos livros didáticos, por exemplo, pode ser questionada pelos próprios professores. Alzira Batalha ressalta a importância de se trabalhar o desenvolvimento do raciocínio lógico e do pensamento crítico dos alunos, em detrimento de atividades simplistas que foquem apenas a memorização de conceitos, podendo, para isso, propor atividades extras. "É preciso colocar a qualidade do ensino e a aprendizagem crítica e reflexiva dos alunos em primeiro lugar, pois é fundamental que eles compreendam a construção da história e tornem-se também sujeitos de suas próprias histórias."

Júnia Sales destaca que as modificações trazidas pela Lei

11.645/08 (que torna obrigatório o ensino de história indígena, africana e afro-brasileira) reforçam a importância em se romper com abordagens e posturas eurocêntricas e colonialistas. Nesse sentido, a lei chama a atenção para a necessidade do debate no ensino da história, de modo que a disciplina incentive a construção da ação coletiva dentro e fora da escola. A professora alerta, ainda, para a necessidade da constante revisão e aperfeiçoamento dos profissionais, em função de sua formação e exercício da profissão.



Ler, aprender e se surpreender na tela

Livros digitais trazem novas possibilidades de se trabalhar literatura, leitura e criatividade nas salas de aula (ALINE DINIZ)

Imagine uma interação que permita ao leitor diagramar, à sua vontade, seu livro predileto. Um clique e ele escolhe a continuidade da história, ouve a voz do personagem, tem acesso ao significado de uma palavra. Possibilidades que tornam leitores também autores.

Esse universo de novidades é o que encanta no *e-book*, uma abreviação de *eletronic book* que, em português, pode ser traduzido como livro eletrônico ou livro digital. Ele pode ser acessado em computadores ou em aparelhos eletrônicos denominados *e-book readers*, que têm a finalidade de armazenar textos digitais e possibilitar sua leitura em qualquer hora e lugar. Para aqueles que não abrem mão de ler no papel, os *e-books* também podem ser impressos. Segundo a professora de teoria literária Marisa Lajolo, da Universidade Estadual de Campinas, "os livros digitais são um novo suporte para o texto que, além de exigirem a capacidade de leitura dos indivíduos, demandam versatilidade do leitor que precisa ter familiaridade com várias linguagens e novas tecnologias".

De acordo com a professora Zulmira Medeiros, mestre em educação e tecnologia, o conceito de livro digital ultrapassa textos produzidos para serem lidos apenas em aparelhos especiais: "tanto *sites* repletos de contos, fábulas e histórias, como uma obra que só pode ser acessada com auxílio de um dispositivo podem ser considerados *e-books*". A escritora mineira Ângela Lago concorda. Segundo ela, "as páginas interativas da internet podem ser consideradas *e-books* na *web*". Recentemente, Ângela Lago lançou seu primeiro livro digital, chamado *De morte*, que só pode ser apreciado por meio de um *e-book reader* chamado *Kindle*.

Aprendizado e diversão

Os textos digitais trazem muitas possibilidades pedagógicas para os professores. Nas escolas em que há computadores, eles podem tornar as aulas de português e leitura mais dinâmicas, interativas e criativas.

Uma sugestão para quem tem internet é trabalhar com o *site Contando Histórias*, da educadora e *webdesigner* Vera Rossi, que disponibiliza fábulas com ilustrações animadas. Zulmira Medeiros aconselha que os educadores trabalhem os textos e depois peçam que os alunos deixem um recado para a autora no livro de visitas do *site*. Eles podem, ainda, enviar textos para serem publicados na página, o que serve como motivação para que os estudantes escrevam histórias. Outra dica de Zulmira Medeiros é o *site* da *Turma da Mônica*, que, além de tirinhas e histórias em quadrinhos, disponibiliza passatempos, quebra-cabeças, jogos de erros e labirintos que podem ser usados para estimular a criatividade de meninos e meninas.

Para as escolas que têm computadores, mas não possuem acesso à internet, uma opção são os *e-books* disponíveis para *download*, que podem ser gravados em *pen drivers*, CDs ou DVDs e depois levados para a escola. Outra saída para propiciar

o contato dos estudantes com os textos digitais é sugerir que os alunos escrevam suas próprias histórias na tela e as ilustrem com a ajuda de um *software*, como o *Paintbrush*. Zulmira Medeiros se lembra de uma atividade que fez com crianças de sete anos, quando trabalhava no laboratório de informática de uma escola em Belo Horizonte: "separei as crianças em duplas e recomendei que elas redigissem histórias com auxílio de um editor de texto. Passados dez minutos, pedi que os alunos trocassem de computadores e continuassem a escrever as histórias dos colegas. E assim foi durante a aula inteira". Ela diz que as crianças ficaram empolgadíssimas tanto com o fato de poderem ir decidindo os rumos das histórias a cada vez que sentavam em um computador, quanto com os recursos de digitação. "Ao final, quando imprimimos os textos, eles riram à beça com cada história, algumas 'bem malucas', como eles diziam." Os trabalhos foram expostos dentro do próprio laboratório e em murais pela escola.

Apesar de propiciarem muitas possibilidades de ensino, Zulmira Medeiros alerta que é preciso ter precauções ao se usar os livros digitais em sala de aula. Isso porque, assim como em todas as outras atividades pedagógicas, é preciso ter clareza dos objetivos que se quer alcançar ao se trabalhar com *e-books*. "É importante que o professor faça as seguintes perguntas: Por que usar? Para quê? Que ganhos esse recurso proporciona? Em que contexto se insere? Que outras atividades podem ser articuladas?", aconselha Zulmira Medeiros. Ainda segundo a professora, o recurso por si só não garante o aprendizado e nem mesmo o interesse das crianças: "Se não houver uma boa articulação e propósito, rapidamente elas se cansam da diversão".

Um universo ao alcance das mãos

Uma das grandes vantagens do *e-book* é a possibilidade de se armazenar, em um único aparelho, todos os livros de que se necessita. Assim, um aluno poderia levar apenas um dispositivo eletrônico para a sala de aula, ao invés de uma mochila pesada e recheada de livros. "É prático armazenar seus clássicos favoritos em um aparelho pequeno e leve que pode ser levado em viagens", diz Ângela Lago.

As facilidades proporcionadas por esse novo suporte, contudo, não tiram a importância das obras impressas. Para Marisa Lajolo, os diversos suportes de linguagem convivem e se resignificam mutuamente. "Talvez a leitura de lazer seja mais bem praticada, ao menos por algum tempo, nos textos de papel. Porém, todas essas questões relativas a *e-books* têm o fascínio da especulação, do exercício livre da fantasia. Só por permitir e propiciar isso, eles já valem a pena", analisa a professora.

Literatura sem preconceito

Autores antigos ou contemporâneos? *Best-sellers* ou obras clássicas? Para o professor João Luís Ceccantini, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), há espaço para todos eles em sala de aula. Inclusive para Monteiro Lobato, que, apesar de ser reconhecido como um dos maiores escritores brasileiros, tem suas obras pouco lidas nas escolas atualmente. Estudioso do autor, João Luís Ceccantini afirma que as crianças de hoje não só compreendem as histórias antigas como gostam muito dos livros: "Existe um lugar comum que diz que os textos originais do Lobato, tal qual eles eram publicados, morreram. Mas a minha prática mostra completamente o contrário". Para ele, conciliar obras clássicas e contemporâneas em sala de aula é possível, desde que haja uma boa mediação por parte dos professores. Na entrevista a seguir, Ceccantini discute o trabalho realizado pelas escolas para a promoção da leitura e afirma que inclusive os *best-sellers*, tidos como obras estritamente comerciais, podem desempenhar um bom papel para a formação de leitores. (JULIANO FERREIRA)

Sempre ouvimos dizer que as crianças não gostam de ler. Isso ainda é uma verdade ou atualmente este quadro vem mudando?

Isso é uma generalização. Que criança, de que classe social, de que lugar? Eu acho que é o contrário. Se o Brasil tem conseguido um resultado bom com a questão da leitura, da sensibilização para a literatura, é exatamente nessa faixa da infância. Acho que já fazemos um trabalho bem sério, pegando a criança no ensino infantil, já quando ela começa a se familiarizar com livros de imagens e de pouco texto, até mais ou menos o quinto ano. Agora, é lógico que nosso país é enorme, heterogêneo. Nós vamos encontrar desde quem já tenha dado um tratamento bem sofisticado para a leitura, com vários desdobramentos, até escolas que ainda fazem uma coisa mais simples, mas que têm desempenhado um papel importantíssimo em relação ao gosto pela leitura.

Há uma diferença significativa na qualidade e na quantidade de leitura entre crianças de escolas particulares e de escolas públicas?

É perigoso você cair no senso comum que leva a crer que na escola pública se faz um trabalho inferior com relação à leitura do que na escola privada. É lógico que eu não conheço todas as realidades, mas já vivi situações curiosas. Por exemplo, há uma cidade de 80 mil habitantes em São Paulo que tem cinco ou seis escolas privadas. Em termos de trabalho com a leitura, essas escolas faziam muito pouco ou nada, com bibliotecas pobres, professores desatualizados, despreparados quanto à metodologia, repertório de leitura muito baixo. E em algumas escolas públicas dessa mesma cidade, se fazia um trabalho exemplar, com bibliotecas bem equipadas, atendimento especial às crianças menores, muitas atividades de animação de leitura, chamando professores e especialistas o tempo todo para aprimorar esse trabalho. Isso passa um pouco pelas campanhas governamentais. Esses professores que estão na rede pública têm tido vários cursos e estão ficando mais bem atualizados do que os da rede privada.

O trabalho com a literatura em sala de aula ainda gera muitas dúvidas por parte dos professores. Há uma maneira ideal de se trabalhar com esses livros em classe?

Acho que o mais importante é o professor ter claramente um projeto de formação do leitor. Ele tem que ter como meta despertar o gosto do aluno pela literatura e traçar uma série de estratégias diferenciadas para utilizar. O fundamental é que o educador trabalhe sempre com o conceito de pluralidade máxima – com uma variedade de livros, estilos e temas enorme – e seja flexível, porque ele terá que lidar com leitores que possuem histórias de leitura muito diferentes. Você tinha um quadro de tradição que possuía uma única maneira de trabalhar com a obra literária: um livro imposto para todo mundo, sobre o

qual se fazia uma prova. Ou seja, a coisa mais congelada e rígida possível. Talvez o que seja necessário é você trabalhar com muitos livros e muitas estratégias. Em alguns momentos, o professor vai ser mais diretivo; em outros, vai deixar mais espaço para o leitor expressar o seu gosto, atuar como sujeito, fazer suas escolhas.

“Não necessariamente porque um livro é um best-seller ele tem que ser ruim. Uma coisa é o valor literário de uma obra, outra é o papel que ela pode desempenhar para formar leitores.”

O que as crianças de hoje andam lendo? Quais são as preferências dessa faixa etária?

Há alguns autores que alcançam um grau de empatia e de comunicação admiráveis com as crianças e caem no gosto dos meninos na faixa dos seis aos 11 anos. Alguns são imbatíveis, como o Ziraldo e a Ruth Rocha. Esses dois, quando fazemos pesquisas para saber quais livros ficaram na cabeça das crianças, quais autores elas conhecem, são dos poucos nomes que vêm à mente delas. Elas dizem: "ah, eu gosto muito do Ziraldo" ou "eu adoro a Ruth Rocha". Essas frases tão curtinhas são importantes, porque quando a criança chega a ter preferência por algum autor, reconhece esse autor, o estilo dele, já é um sujeito que está caminhando para a maturidade como leitor. Ele já imagina que por detrás de um texto existe alguém.



O professor JOÃO LUÍS CECCANTINI defende que não existe apenas uma maneira para se trabalhar a leitura em sala de aula

Foto: acervo pessoal

Muitas pessoas criticam livros como *Harry Potter*, que fazem muito sucesso entre crianças e jovens. Há aí um preconceito ou esse tipo de leitura realmente não é satisfatória?

Em geral, a crítica vem de um preconceito brutal. Não necessariamente porque um livro é um *best-seller* ele tem que ser ruim. O que a gente tem que pensar é que uma coisa é o valor literário de uma obra, outra é o papel que ela pode desempenhar para formar leitores. *Harry Potter* dificilmente vai ser apontado como uma obra literária que revolucionou a literatura infantil do ponto de vista do estilo, de novos temas, de visão da infância. Agora, o que ninguém tira de *Harry Potter* é que, seguramente, para a história da leitura infantojuvenil, ele é um de seus maiores fenômenos. É um tipo de obra que se insere na tradição da literatura infantil, que dialoga com essa tradição e que tenta atualizá-la e trazê-la para os nossos dias. Sem dúvida, existe uma indústria cultural por trás dos sete livros da série, mas o que a gente não pode perder de vista é a enorme empatia e a capacidade que essas obras tiveram de seduzir leitores. O grande mérito de *Harry Potter* está em fazer com que as crianças leiam romances, livros longos. Nisso, J. K. Rowling [autora das obras] se mostrou uma pessoa muito especial. Ela poderia ter repetido de uma maneira muito mecânica a fórmula do primeiro livro, devido ao sucesso, mas escreveu livros mais longos, mais complexos e fez seus personagens amadurecerem numa série, o que não é muito comum.

Livros dessa natureza podem funcionar como uma entrada para o mundo da literatura chamada clássica?

Sem dúvida. E há muitos livros que assumem explicitamente esse desejo, fazendo intertextos com obras clássicas. Isso está muito presente na produção infantojuvenil

contemporânea, não só no Brasil, como no mundo inteiro. Aliás, eu trabalho num curso de letras e recebo hoje muitos alunos que dizem que se apaixonaram pela literatura por meio de *Harry Potter*. Então, como você pode desprezar um fenômeno desses?

Qual a importância da leitura de clássicos?

A literatura clássica é um patrimônio cultural instituído. Fica difícil você se compreender plenamente como um homem do Ocidente sem conhecer a literatura clássica. Ela deveria ser um patamar, um objetivo a ser alcançado. Agora, a gente não pode cair nessa ingenuidade de que alguém se transforma num leitor dos textos clássicos num passe de mágica. A formação do leitor refinado, sofisticado é complexa. Mesmo quando se tem as melhores condições, em famílias com abundância material, pais leitores, nem sempre se forma alguém que gosta de ler. As escolas também têm um papel fundamental para formar esse leitor. As que têm condições materiais, recursos humanos, fôlego e projetos para levar os alunos a lerem os clássicos fazem um bom trabalho nesse sentido.

Como conciliar livros clássicos e contemporâneos nas salas de aula?

Um bom professor sempre consegue isso. Por isso é importante uma boa formação humanística, porque a literatura não se constrói do nada. Os autores contemporâneos têm muita consciência disso e se entregam a esse exercício de brincar, de jogar, de dialogar com esses clássicos. Um bom professor vai perceber esses clássicos latentes que estão em torno de uma obra contemporânea e abordá-los na aula, o que pode ser



muito atraente para seus alunos. Por exemplo, o autor Luís Dill escreveu um livro maravilhoso, chamado *Todos contra Dante*, que traz um tema super atual, o *bullying*. Para contar todo esse processo doloroso que o protagonista vai vivendo, ele se valeu da *Divina Comédia* [do italiano Dante Alighieri]. Mas, ao mesmo tempo, o texto tem uma forma muito contemporânea, pois imita, do ponto de vista do estilo e até visualmente, *blogs*, páginas da internet, *e-mails*, uma série de linguagens e de suportes que são muito atuais. Só um professor que dorme no ponto não vai aproveitar a chance de mostrar um pouco da *Divina Comédia* e do Dante Alighieri quando estiver conversando com os alunos. Mas isso deve ser feito com certo cuidado para não usar a obra como um mero instrumento para se falar sobre Dante e estragar o prazer da leitura do livro em si.

O senhor desenvolveu estudos sobre a circulação contemporânea das obras de Monteiro Lobato. Mesmo sendo escritas há tanto tempo, essas histórias são bem recebidas pelas crianças de hoje?

Lobato foi um revolucionário. Na sua época, o texto infantil era purista, feito num português muito correto, tido como um modelo para ensinar a língua, mas ele trouxe o coloquialismo, o português brasileiro, a brincadeira linguística para os neologismos. Essa linguagem foi considerada super acessível, as crianças gostavam bastante. Porém, essa mesma linguagem, para o leitor de hoje, envelheceu muito. Agora, qual a minha surpresa quando eu vou fazer esses estudos sobre a recepção do Lobato: os seus melhores livros, que são menos didáticos e que têm um apelo muito forte à imaginação literária, conseguem quebrar essa fronteira, e os meninos conseguem lê-los e mergulhar nas histórias.

Então a linguagem não é um empecilho para as crianças?

As pessoas subestimam muito as crianças. Se você tem uma história muito bem contada, que prende a sua atenção, você entende o sentido de trechos e palavras no próprio contexto. E é aí que realmente um livro faz a diferença, pois faz com que a criança expanda não só o seu horizonte de valores éticos e morais, mas linguísticos também. Agora, é lógico que vai do bom-senso. Você não vai utilizar de início um livrão do Lobato com uma criança que não está familiarizada com a leitura. Se há um bom processo de mediação do professor – que de início cria uma boa expectativa sobre o livro, fala um pouco sobre o autor, começa a lê-lo com os alunos –, na hora em que essas crianças entram na história, elas vão fundo. Portanto, acho que uma obra, quando é de autoria de um grande escritor, quando tem realmente uma força, barreiras tão difíceis como a linguagem acabam sendo superadas.

O que é preciso para que essa mediação seja bem feita?

A primeira coisa para que um mediador consiga ver as suas crianças lendo Lobato é ele mesmo gostar do autor. Tenho encontrado professores que conheciam apenas fragmentos, por livros didáticos, e que quando passaram pela experiência de ler os livros, ficaram seduzidos, apaixonados pelo Lobato. Eles descobrem como há muitos recursos e temas que os nossos autores abordam hoje que ele já fazia em sua época. Por exemplo, a arbitrariedade do signo linguístico: essa ideia básica da linguística de que o que liga um nome a uma coisa é uma relação gratuita e convencional. O Lobato brinca com isso nos livros dele. Você vê um rinoceronte que se chama Quindim. Por que um rinoceronte não pode se chamar Quindim ou por que mesa se chama mesa? Não há uma razão para essas coisas terem esses nomes e ele brinca com isso. No livro *Marcelo, marmelo, martelo e outras histórias*, da Ruth Rocha, muito lido até hoje, que

está sempre nos livros didáticos, também há essa brincadeira metalinguística. A fonte é Lobato e ela nunca negou isso.

Monteiro Lobato é visto por alguns como um autor preconceituoso. Essa concepção seria consequência de uma análise contemporânea de obras que refletiam uma sociedade de épocas passadas?

Exatamente. O que se faz com Lobato é julgar o homem fora do seu contexto. Monteiro Lobato é um homem do seu tempo. Como ele não foi o típico escritor de gabinete, pelo contrário, se expôs muito e se engajou em todas as grandes questões nacionais; em alguns momentos, ele pagou um preço por isso. Um preço pela sua classe social, pois era neto, ainda que torto, da aristocracia cafeeira brasileira, que tinha um pé na escravidão e todos os seus preconceitos. Ele era um homem completamente antenado na ciência, um progressista, e, na sua época, a ciência era racista. Agora, o seu pensamento não era estático. Se você comparar o Lobato que escreveu o artigo *Urupês*, em 1914, pensando na questão do homem rural brasileiro, com o modo como ele vai analisar esse mesmo assunto no final da sua vida, percebe-se que são duas coisas muito diferentes. Em *Urupês*, ele põe todas as culpas do atraso do Brasil nas costas do pobre Jeca Tatu. Quando já está mais maduro, ele escreve outra história, chamada *Zé Brasil*, em que a culpa do atraso está muito mais na estrutura socioeconômica e cultural do país.

Como essa questão deve ser tratada nas escolas?

Hoje a gente lida muito com o politicamente correto. Deve-se tomar cuidado com essa questão, senão você pega toda a história da cultura ocidental e queima, deixa de ter história. Acho que a melhor coisa que o professor pode fazer é deixar o aluno ler o livro e depois fazer uma análise crítica. Afinal, é para isso que o mediador está lá. Por que quando você lê um livro você tem que gostar de tudo ou achar que tudo é bom? Talvez seja muito mais produtivo para a formação do seu educando que o professor jogue o seu olhar crítico e mostre as fissuras, as fraquezas, aquilo que envelheceu. Então, nas obras não só do Lobato, mas de tantos outros escritores, a gente vai encontrar esses aspectos que merecem e devem ser criticados. Porque senão você forma um leitor eufórico, que acha tudo lindo, e isso não é um leitor maduro, não é um leitor que a gente espera formar.

Todas as tecnologias disponíveis hoje formaram um novo tipo de leitor. Em sua opinião, a produção literária atual vem levando isso em conta ao desenvolver produtos para crianças e jovens?

Estão levando em conta sim. Muitos autores contemporâneos tentam mimetizar e dialogar com esses novos suportes, formatos e linguagens. Por exemplo, há o livro *O colapso dos bibelôs*, de Índigo [pseudônimo da autora Ana Cristina Ayer de Oliveira], em que até a página se desenrola como se fosse um *blog*. *Todos contra Dante* também é uma obra que brinca muito com essas linguagens. Eles trabalham hoje com muitas unidades pequenas de texto, mimetizando, imitando esse fragmentarismo que é próprio da internet, onde você tem vários textos curtos, além da noção de hipertexto e de textos que se justapõem. Cada vez mais se têm representações sobre as novas tecnologias, os novos suportes e as novas linguagens. Isso acontece, por um lado, para seduzir o leitor e ganhar a sua empatia e, por outro, porque isso hoje nos expressa. São questões quentes, do nosso tempo, e não tem por que não serem levadas para a literatura.



ENSINO DE HISTÓRIA

Dona Cristina perdeu a memória. Brasil, 2002, 13min, Ficção.

Direção: Ana Luisa Azevedo. **Produção:** Casa de Cinema de Porto Alegre. O curta metragem é uma produção brasileira, realizada com incentivo da Petrobrás. O filme retrata a história de Antônio, um menino de oito anos de idade, que descobre que sua vizinha de 80 anos sofre do Mal de Alzheimer. Ela conta histórias diferentes, se atrapalha com os nomes e as datas, e acredita que Antônio possa ajudá-la a recuperar a memória.

Disponível em: <http://www.portacurtas.com.br/>

Ensino de história – Circe Bittencourt. Ed. Cortez, 2009. O livro aborda questões do ensino e aprendizagem de história a partir de problemas teóricos e práticos. Propõe uma reflexão sobre o atual momento da disciplina diante das reformulações curriculares, além de fornecer fundamentos que auxiliam os futuros profissionais na seleção de conteúdos e métodos de ensino da história.

Ensino de história; conceitos, temáticas, metodologia – Martha Abreu. Ed. Casa da Palavra, 2003. A obra trata das possibilidades da pesquisa histórica em articulação com o ensino da disciplina. Dividido em quatro partes (identidade, cultura, cidadania e gênero), o livro apresenta discussões conceituais, atividades pedagógicas ligadas à prática docente e análises de Parâmetros Curriculares Nacionais.

Professores de história: entre saberes e práticas – Ana Maria Ferreira Monteiro. Ed. Mauad, 2007. A obra se propõe a analisar a relação do "saber docente" e o "conhecimento escolar", partindo do pressuposto de que a ação educativa é constituidora da identidade profissional e, portanto, passível de articulação.

A escrita da história escolar: memória e historiografia – Helenice Rocha, Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo. Ed. FGV, 2009. O livro analisa tanto a história que foi destinada à escola, quanto aquela que foi construída na própria escola. Os autores mostram como novas possibilidades podem se abrir no confronto do historiador e professor, que também se configuram enquanto autores em seu exercício profissional.

Guilherme Augusto Araújo Fernandes – Mem Fox. Brinque book, 2007. A obra conta a história de um menino, Guilherme Augusto Araújo Fernandes, amigo de uma velhinha, dona Antônia, que vivia em um asilo ao lado de sua casa. Quando soube que sua amiga perdera a memória, decidiu descobrir o que isso significava e passou a ajudá-la a recuperar as boas lembranças.

Sob o signo da memória; cultura escolar, saberes docentes e história ensinada – Sônia Regina Miranda. Editora Unesp, Editora EDUFJF, 2007. O livro aborda o ensino de história com o foco nos elos que são estabelecidos com a cultura escolar no conhecimento dos docentes sobre o conteúdo. A autora investiga o porquê do descaso pela matéria e de que forma ela é inserida nas instituições.

LIVROS DIGITAIS

<http://www.turmadamonica.com.br> - O site da *Turma da Mônica* permite a leitura *online* de tirinhas e histórias em quadrinhos, além de disponibilizar passatempos, quebra-cabeças e jogos de erros que divertem e estimulam a criatividade das crianças.

<http://www.angela-lago.com.br/ABCD.html> - O site *Memórias de Leitura* é um projeto acadêmico coordenado pelas professoras Márcia Abreu e Marisa Lajolo. Desenvolvido junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a página divulga dados, bibliografias e pesquisas na área.

<http://www.contandohistoria.com> - Site desenvolvido pela professora Vera Rossi. Ao acessar a página, além de ler histórias e fábulas na tela, é possível assinar o livro de visitas, deixando um recado para a autora. O site possibilita, ainda, que meninos e meninas enviem suas próprias histórias, que podem ser publicadas na página.

***De morte – Ângela Lago.* Kindle Edition, 2010.** O livro é destinado a crianças a partir de cinco anos de idade. Na obra, Ângela Lago une dois contos tradicionais do folclore brasileiro, construindo uma nova narrativa, na qual a morte é vencida. Esse texto já existe em edições impressas e é o primeiro *e-book* da escritora mineira. A versão digital está disponível para compra em http://www.amazon.com/ref=gno_logo.

EM DESTAQUE

<http://www.pedagogia.com.br/historia.php> - Espaço virtual do portal Só Pedagogia, onde podem ser encontradas mais informações sobre a história da educação. O site também disponibiliza artigos, atividades, jogos e outros conteúdos relacionados à área da pedagogia.

www.anaruas.com.br - Site da arte-educadora Ana Ruas. Nesse espaço, a artista divulga seus projetos sociais, suas publicações e outros conteúdos relacionados à arte contemporânea.

www.artenaescola.org.br - Site do Instituto Arte na Escola, que tem como objetivo incentivar o ensino da arte por meio de formação contínua do professor do ensino básico. Além de disponibilizar propostas pedagógicas que podem ser utilizadas na sala de aula e indicação de livros, o portal também traz a seção *Miateca*, que ajuda o professor a encontrar obras de arte, artistas, museus, galerias etc. A página também traz uma seção com diversos artigos que discutem a arte.

ENTREVISTA

***Todos contra Dante – Luís Dill.* Ed. Companhia das Letras, 2008.** Livro que aborda a questão do *bullying*. O protagonista, um garoto chamado Dante, vive uma situação de exclusão social e acaba recebendo uma bolsa de estudos. Ele vai para uma escola particular, onde começa a ser perseguido e ridicularizado pelos colegas, que se utilizam da internet para hostilizar o garoto. O autor faz várias referências à obra de Dante Alighieri, *A divina comédia*, para contar a história.

***Marcelo, marmelo, martelo e outras histórias – Ruth Rocha.* Ed. Salamandra, 1999.** A obra apresenta três contos. No primeiro, brinca-se com a arbitrariedade do signo linguístico, por meio da personagem Marcelo, uma criança curiosa que questiona o nome dado aos objetos a sua volta. No segundo, Gabriela e Teresinha são duas meninas que, apesar de muito diferentes, tornam-se grandes amigas. O terceiro conto apresenta a história de garotos de um time de futebol que sofrem com as atitudes de Caloca, o mandão dono da bola. Ao perceber que perderia seus amigos por causa de seu jeito inflexível, o menino decide mudar.

***O colapso dos bibelôs – Índigo.* Ed. Moderna, 2008.** O livro aborda a questão da dependência de novas tecnologias. Danilo, o protagonista, fica perdido ao perceber que as tecnologias que permitiam a comunicação e as relações virtuais pararam de funcionar.

***Monteiro Lobato: Livro a Livro – Marisa Lajolo e João Luís Ceccantini.* Ed. Unesp, 2008.** Obra lançada em conjunto pelos professores João Luís Ceccantini e Marisa Lajolo. Os autores analisaram os originais e as edições dos livros infantis de Monteiro Lobato, desde a linguagem até as ilustrações do autor. O projeto contou com a ajuda de alunos de pós-graduação da Unicamp e da Unesp.

PERFIL

<http://gimenes-gentequeduca.blogspot.com/> - O *blog* *Gente que educa* foi criado em 2008 pela professora rondoniense Claudinéia Gimenes. Na página virtual, ela posta projetos, vídeos, fotos, comentários, exercícios, dicas e textos sobre suas atividades como professora, além de trocar informações e experiências com profissionais do mundo todo.



Pouco tempo, muita história

Passado, presente e futuro de uma professora que trilha uma história de amor à educação (ALISSON PAIVA)

"Eu nasci em Maringá, no Paraná, mas moro em Pimenta Bueno, em Rondônia, desde os três meses de vida. Eu me considero filha desta terra." É assim que a professora de 34 anos Claudinéia Gimenes começa a contar sua história. No ambiente de trabalho e na vida pessoal, uma história de dedicação e amor marca a trajetória dessa professora que, apesar da pouca idade, já tem muito para contar.

Claudinéia realizava seu sonho de ser professora desde criança, nas brincadeiras com os amigos. "Eu já tinha me decidido que seguiria essa profissão desde os sete anos, quando brincava de dar aulas. Eu passava tarefa e até corrigia", brinca.

O incentivo da família a acompanhou durante todo seu caminho. O primeiro deles foi o quadro que ganhou, ainda criança, de seu pai, feito por ele mesmo, para que ela pudesse brincar em casa. O giz ela conseguia com suas professoras.



Fotos: acervo pessoal



Em seu caminho como alfabetizadora, Claudinéia sempre contou com o apoio de pais e professores, e com o carinho dos alunos

O sonho vira realidade

Foi em 1993 que a pequena sonhadora se tornou uma professora de verdade, aos 17 anos, quando concluiu o curso de Magistério na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raimundo Euclides Barbosa. Para ela, este foi um período de experimentação, de colocar em prova se era realmente aquilo que queria: "O Magistério é um laboratório. Ou você se apaixona, ou desiste de vez da profissão", conta a professora. Claudinéia comprovou, durante o curso, a grandeza do magistério e seu dom para ser professora.

Sua primeira experiência em sala de aula não foi fácil. Em 1997, aceitou um convite emergencial para trabalhar em uma escola distrital no município de Chupunguaia, a 100 km de sua casa. A professora de primeira viagem dava aulas para turmas do 1º ano do ensino fundamental e também para adultos, no Telecurso 2000 [sistema de educação a distância mantido pela Fundação Roberto Marinho e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo]. O contrato durou apenas um ano e, embora a comunidade pedisse para que ela ficasse, Claudinéia decidiu não continuar com as aulas, pois estava grávida de seu filho Valério, hoje com 12 anos.

Dedicação, sacrifício e amor

No ano de 1999, a alfabetizadora foi trabalhar em Querência do Norte, zona rural do município de Primavera de Rondônia, onde passou por uma das mais difíceis provas de amor à sua profissão: a separação de seu filho. "A princípio eu até tinha levado meu filho comigo, mas ele não se adaptou e ficou muito doente, então tive que deixá-lo com minha mãe", recorda. Esta foi uma fase difícil, pois sua rotina começava na segunda-feira às cinco horas da manhã, quando ia de moto para a escola, que ficava a 56 km de distância de sua casa, e só voltava para a família na sexta-feira após o expediente.

Dois anos depois, Claudinéia foi chamada para trabalhar na Escola Multisseriada Dominical Vitória, também na zona rural, distante cerca de 50 km de sua casa, onde ficou até 2003. Nesta escola, ela dava aulas para uma turma com cerca de 20 alunos, entre a 1ª e a 4ª série do ensino fundamental, juntos em uma mesma sala.

Ela lembra que precisava propor atividades diferentes com base nos níveis de cada aluno e diz que contava com a ajuda dos próprios estudantes durante as aulas. "Eles eram muito disciplinados, o que facilitou meu trabalho. No final, os que não liam já estavam lendo, e os que já liam, ensinavam", comenta. Além do desafio da turma multisseriada, Claudinéia ainda precisava cuidar da alimentação das crianças e até da limpeza da escola. "Apesar de todas as dificuldades, lembro desse período com muito carinho, principalmente quando me recordo do trabalho bonito que desempenhei, dos meus alunos e dos amigos que fiz nas comunidades", conta com ar de nostalgia.

Mesmo enfrentando tantos obstáculos, sempre que é incentivada a abandonar a profissão, devido à má remuneração, a professora retruca: "Não vejo riqueza maior do que uma criança entrar na sala de aula no nível pré-silábico e sair alfabetizada, e saber que eu fiz parte disso". E completa: "amor, dedicação, sensibilidade, paciência e persistência são ingredientes indispensáveis para ser professor".

De volta à cidade

Em 2003, Claudinéia assumiu uma turma de 1ª série na Escola Municipal Maria Conceição Ramos do Amaral Crivelli, em Pimenta Bueno. Ela conta que, nesse período, encontrou professores e amigos com os quais desenvolveu muitos projetos, dentre eles, o *Festa Junina* e o *Onde está a escrita?* "Nós aproveitamos o interesse dos alunos e promovemos diversas situações para trabalhar a leitura e a escrita", conta. Os projetos integravam festas, danças e comidas típicas, além de tecnologias e mídias, sempre contando com o apoio da escola e dos pais.

Claudinéia ainda se formou em pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, em 2007, e concluiu sua pós-graduação em Gestão Escolar em 2009, além de haver participado de outros cursos de capacitação. Um deles foi o *Instrumentos da Alfabetização*, promovido pelo Ceale e ministrado pela professora Sulamita Nagem, formadora do Centro. "Após o curso, eu pude compreender com mais clareza a construção do que é alfabetização e letramento, o que contribuiu muito para o meu trabalho", avalia.

Atualmente, Claudinéia trabalha como coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Pimenta Bueno. Após onze anos como alfabetizadora, ela conta que sua experiência em sala de aula contribuiu muito para o que faz hoje. "Quando olho para trás, penso que se não tivesse passado por tudo o que eu passei, não teria a bagagem que tenho para desempenhar meu trabalho atual."

Sem costume de planejar seu futuro a longo prazo, a educadora deixa as coisas "acontecerem como devem acontecer". Mas uma certeza Claudinéia leva consigo: quer trabalhar sempre com o que mais gosta, a educação. E essa história de amor ainda tem muito tempo pela frente.